



Ministério da Juventude e Deporto

Cimeira Nacional da Juventude sobre Justiça, Reconciliação e Reforma Democrática em Moçambique

TERMOS DE REFERÊNCIA (TdR)

Maputo, 02 de Junho de 2026

1. Contexto

Moçambique encontra-se num momento crítico da sua trajectória política e institucional, no qual os avanços formais alcançados desde o Acordo Geral de Paz de 1992 e no âmbito do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração coexistem com fragilidades estruturais persistentes que condicionam a consolidação de uma paz efectiva, inclusiva e duradoura. A recorrência de tensões político-militares, a violência armada no norte do país, a fragilidade do Estado de direito, a erosão da confiança nas instituições públicas e as profundas desigualdades territoriais e socioeconómicas revelam que a paz continua, em grande medida, incompleta e ainda pouco transformadora.

A evidência internacional sobre justiça transicional demonstra que processos de transição política que não sejam acompanhados por mecanismos consistentes de verdade, responsabilização, reparação e reforma institucional tendem a reproduzir ciclos de exclusão, impunidade e instabilidade. Autores como Ruti Teitel, Paige Arthur e Lundy e McGovern sublinham que a eficácia destes processos depende da sua ancoragem contextual, da participação social efectiva e da capacidade de produzir transformação institucional sustentável.

No caso de Moçambique, esta agenda assume particular urgência face à magnitude da crise humanitária no norte do país. Dados recentes indicam centenas de milhares de pessoas deslocadas internamente em Cabo Delgado, num contexto em que o conflito, iniciado em 2017, já afectou mais de um milhão de cidadãos. Esta realidade traduz não apenas um desafio de segurança, mas também um legado prolongado de ruptura social, perda de meios de subsistência, trauma colectivo e enfraquecimento do tecido comunitário.

Este cenário intersecta-se com vulnerabilidades estruturais profundas, incluindo elevados níveis de pobreza e exclusão socioeconómica, num país com uma das populações mais jovens do continente africano. A centralidade demográfica da juventude torna inevitável a sua inclusão nos processos de construção da paz, sob risco de perpetuar ciclos de frustração, marginalização e potencial captura por dinâmicas de violência. Neste sentido, o National Action Plan on Youth, Peace and Security (NAP-YPS), promovido pelas Nações Unidas no quadro da Resolução 2250 do Conselho de Segurança, fornece um enquadramento normativo relevante ao afirmar a necessidade de participação significativa dos jovens na prevenção de conflitos, na construção da paz e na governação da segurança.

É neste contexto que a justiça transicional deve ser entendida não apenas como um mecanismo de gestão do passado, mas como uma arquitectura política orientada para a reconstrução do contrato social. A Política de Justiça Transicional da União Africana estabelece um quadro abrangente assente em pilares de verdade, justiça, reparações, reformas institucionais e garantias de não repetição, sublinhando a necessidade de respostas integradas e centradas nas vítimas. Todavia, em Moçambique, a sua operacionalização permanece ainda limitada e pouco inclusiva, com fraca participação da juventude nos processos de decisão, implementação e monitoria.

A exclusão da juventude destes processos constitui uma lacuna importante. Enquanto grupo maioritário e simultaneamente afectado pelos impactos directos da violência, das desigualdades e da exclusão institucional, os jovens representam não apenas um público-alvo, mas um actor estratégico central na consolidação da paz e da democracia. Como sublinhado por Kofi Annan e Graça Machel, a sustentabilidade da paz depende da inclusão efectiva dos jovens como agentes activos de transformação social e política.

É neste enquadramento que se insere a presente Cimeira Nacional da Juventude sobre Justiça Transicional e Reforma Democrática em Moçambique, concebida como culminar de um processo nacional de consultas iniciadas em 2023, envolvendo jovens, vítimas, sobreviventes, organizações da sociedade civil e actores institucionais. A Cimeira constitui um espaço de convergência entre evidência territorial, experiências vividas e formulação de propostas concretas para a reforma democrática e a consolidação da paz.

2. Objectivo Geral

Posicionar a juventude como actor central nos processos de justiça transicional, reconciliação nacional e reforma democrática em Moçambique, em alinhamento com os princípios do National Action Plan on Youth, Peace and Security, promovendo a sua participação efectiva na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e resiliente.

3. Objectivos Específicos

- Promover um diálogo inclusivo e intergeracional entre juventude, vítimas, sobreviventes e decisores políticos, criando espaços seguros de escuta e construção colectiva de soluções;
- Traduzir experiências locais e evidência territorial em propostas políticas concretas para o reforço da justiça transicional e da reforma democrática;
- Reforçar a liderança juvenil e a participação cívica, promovendo capacidades de incidência, advocacia e transformação social;
- Influenciar processos de reforma institucional, promovendo políticas públicas mais inclusivas, baseadas em direitos humanos e orientadas para a prevenção de conflitos; e
- Consolidar redes de articulação entre juventude, sociedade civil e instituições públicas, assegurando continuidade, sustentabilidade e impacto das acções.

Cimeira Nacional da Juventude sobre Justiça, Reconciliação e Reforma Democrática em Moçambique

Maputo, 02 de Junho de 2026

Local: Campus da UEM – Anfiteatro 2501

08h30-09h00	Chegada e registo dos participantes	Secretariado
09h00-10h00	Sessão de Abertura	Sessão de Abertura: <ul style="list-style-type: none">❖ Prof. Adriano Nuvunga – Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD)❖ Representante da Open Society Foundations (OSF)❖ Sua Excelência Nicolas Randin – Embaixador da Suíça em Moçambique❖ Dra. Ana Comoana – Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade❖ Prof. Doutor Edson Macuacua – Presidente da COTE❖ Sua Excelência Caifadine Manasse – Ministro da Juventude e Desporto
10h00-10h30	<i>Coffee-break e foto de família</i>	
10h30-12h00	<ul style="list-style-type: none">❖ Painel 1: Justiça Transicional em Moçambique, Desafios Estruturais entre a Reconciliação Incompleta e a Consolidação da Paz <p><i>Este painel tem como objectivo analisar, de forma crítica e contextualizada, o percurso de Moçambique no domínio da justiça transicional desde o Acordo Geral de Paz de 1992 até ao presente, mostrando as principais lacunas institucionais e políticas, nomeadamente ao nível da verdade, responsabilização e reparação, e os seus impactos na fragilidade da paz, na recorrência de tensões político-militares e na limitação de uma reconciliação nacional sustentável.</i></p> <p>Orador: André Mulungo – Chefe da divisão de Paz, Democracia e Direitos Humanos do CDD</p> <p>Painelistas:</p> <ul style="list-style-type: none">❖ Representante da Igreja Católica de Moçambique❖ Representante da Comunidade Muçulmana❖ David Fardo – Activista e Defensor de Direitos Humanos/ Presidente do Parlamento Juvenil❖ Aly Caetano – Activista dos Direitos da Juventude	
11h30-13h30	<ul style="list-style-type: none">❖ Painel 2: Juventude, Paz e Reforma Democrática, De Vítimas a Agentes de Transformação <p><i>Este painel tem como objectivo analisar o papel da juventude na promoção da justiça social e da inclusão, destacando a sua capacidade de influenciar a redução de desigualdades estruturais e o alargamento do acesso equitativo a oportunidades económicas, sociais e políticas. Procura-se evidenciar como o engajamento cívico juvenil, aliado a mecanismos efectivos de participação, inovação social e fortalecimento institucional, pode contribuir para a construção de sistemas mais inclusivos, responsivos e centrados nos direitos, promovendo simultaneamente uma cidadania activa, consciente e comprometida com a equidade e a coesão social.</i></p>	

	<p>Orador: Inocêncio Fani - Presidente do Gabinete da Juventude Parlamentar</p> <p><u>Painelistas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Kino Caetano – Presidente do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) ❖ Constantino André - Secretario Geral da OJM ❖ Ivan Mazanga – Presidente da Liga da Juventude da RENAMO ❖ Renato Muelega - Presidente da Liga Juvenil da Juventude do MDM ❖ Saquina Jasse - ALIANÇA JOVEM ANAMOLA (AJA)
14h30-16h30	<p>❖ Painel 3: Dinâmicas de Conflito e Crise Humanitária no Norte — Desigualdades, Fragilidade Estatal e Desafios para a Juventude</p> <p><i>Este painel tem como objectivo analisar, de forma crítica e integrada, a relação entre conflito armado, desigualdades estruturais e crise humanitária no Norte de Moçambique, evidenciando como estas dinâmicas expõem fragilidades na capacidade do Estado em garantir segurança, protecção e desenvolvimento inclusivo. Procura-se compreender os factores socioeconómicos, políticos e institucionais que alimentam a vulnerabilidade das populações afectadas, bem como os impactos da deslocação forçada e da ruptura dos meios de subsistência. O painel pretende ainda identificar respostas mais eficazes de prevenção, protecção e reconstrução, reforçando a necessidade de abordagens centradas nas comunidades.</i></p> <p>Orador: João Feijó - Pesquisador da Observatório do Meio Rural</p> <p><u>Painelistas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Dercia Maguele – Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) ❖ Representante da Girl Move ❖ Rufino Siteo – Investigador
16h30-16h50	<p>❖ Sessão de Encerramento: Caminhos para Reconciliação e Reforma Democrática assente no Potencial da Juventude</p> <p>Moderador: Salvado Raisse - Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD)</p> <p><u>Painelistas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Prof. Doutor Adriano Nuvunga - Director Executivo do Centro Para Democracia e Direitos Humanos (CDD) ❖ Abel Lobo de Mendonça Lopes Júnior - Director Nacional para Assuntos da Juventude em Moçambique
16h50-17h00	<p>Notas de encerramento: Prof. Adriano Nuvunga – Director Executivo do CDD</p>